


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375, Compl. do Endereço da Vara << Informação indisponível >> - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1001908-02.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Fornecimento de Medicamentos**
 Requerente: **Ana Francisca Butcher de Arruda Bruno**
 Requerido: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Gabriela Müller Carioba Attanasio

Vistos.

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer, com pedido de antecipação dos efeitos tutela, proposta por **Ana Francisca Butcher de Arruda Bruno**, contra o **Município de São Carlos** e a **Fazenda Pública do Estado de São Paulo** sob o fundamento de que padece de Síndrome de Turner, tendo se submetido a várias cirurgias com transfusão de sangue, sendo contaminada pelo vírus da *Hepatite C*, razão pela qual lhe foi prescrito o uso dos medicamentos **SOFOSBUVIR 400 mg** e **DACLASTAVIR 60 mg, por 12 semanas**, com objetivo de evitar a evolução da doença, conforme documentação médica juntada com petição inicial e, como não possui condições de arcar com o custo, postula a imposição aos requeridos da obrigação de fornecê-los, com fundamento no direito à saúde.

Foi deferida a antecipação dos efeitos da tutela (fls. 84/85).

Citado, o Município de São Carlos apresentou contestação. Aduz que os medicamentos pleiteados são padronizados pelo SUS e fornecidos pelo Programa do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) – Alto Custo. Argumenta que o fornecimento dos referidos fármacos é de responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde, nos termos do que dispõe a Lei nº 8.080/96. Requer a improcedência do pedido. Juntou os documentos de fls. 109/125.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375, Compl. do Endereço da Vara << Informação indisponível >> - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Contestação da Fazenda Estadual às fls. 126/131. Sustenta, preliminarmente, falta de interesse de agir, uma vez que os fármacos SOFOSBUVIR e DACLASTAVI constam em Protocolo Clínico do SUS e encontram-se à disposição dos paciente de que deles necessitam. No mérito, afirma que a procedência do pedido irá afrontar os artigos 2º, 165 a 169 da Constituição Federal, assim como os artigos 174 a 176 da Constituição Estadual.

Houve réplica (fls. 134/140).

É o relatório.
Fundamento e decido.

Inicialmente, afasto a preliminar de falta de interesse de agir, considerando que o art. 5º, inciso XXXV, da Constituição da República garante, com clareza, o acesso ao Poder Judiciário independentemente de eventuais medidas administrativas.

O processo comporta imediato julgamento, a teor do disposto no inciso I do art. 355, do Código de Processo Civil, tratando-se de matéria de direito a ser apreciada, sendo satisfatória a prova documental já existente nos autos para apreciação das questões fáticas.

O pedido merece acolhimento.

O direito à saúde foi consagrado pela Constituição nos artigos 6º, 196 e seguintes, como dever a ser prestado aos cidadãos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios de forma solidária, através do Sistema Único de Saúde, visando à redução do risco de doença e o acesso às ações e serviços para sua promoção proteção e recuperação. Nesse mesmo sentido dispôs a Constituição do Estado de São Paulo em seu artigo 219 e parágrafo único, bem como o Código de Saúde do Estado de São Paulo, Lei Complementar Estadual n. 791/95, que trouxe o direito à saúde como inerente à pessoa humana, constituindo direito público subjetivo, a cuja violação não se admite transigência, por tratar-se de bem jurídico da mais alta relevância social.

No caso dos autos a autora é portadora de *Hepatite C*, cuja medicação


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375, Compl. do Endereço da Vara << Informação indisponível >> - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

postulada é imprescindível ao seu tratamento, conforme revelam os atestados médicos trazidos aos autos.

A presente questão não está ligada à viabilidade econômica do Poder Público em atender aos necessitados, mas sim à necessidade de se resguardar um direito do cidadão.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, para depois solapá-lo por meio de gestões de duvidosa eficiência, especialmente naqueles casos em que o direito – como o direito à saúde – se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir do Estado a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Ademais, a necessidade do uso dos medicamentos prescritos foi atestada por médico conveniado à rede pública de saúde (fls. 15/16).

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, confirmando-se a tutela antecipada, para a continuidade do fornecimento dos medicamentos pleiteados, devendo a parte autora apresentar relatórios semestrais, a fim de demonstrar a necessidade de manutenção do tratamento, bem como receitas médicas, sempre que solicitadas.

Em razão da sucumbência, condeno os requeridos a arcar com as despesas de reembolso, bem como com os honorários advocatícios (metade para cada um), fixados

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375, Compl. do Endereço da Vara << Informação indisponível >> - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

em 10% sobre o valor da causa.

P. I.

São Carlos, 25 de abril de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA